

NARRATIVA HISTÓRICA E FICTÍCIA NO PENSAMENTO DE JÖRN RÜSEN¹

Henrique Martins da Silva

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da UFG. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES).

henriquemartins.silva@yahoo.com.br

50

RESUMO: O objetivo deste artigo é trazer a luz da discussão, as ideias do historiador alemão Jörn Rüsen, no que tange as narrativas em suas especificidades. O autor trata do paradigma narrativista diante da tensão que se dá entre História e literatura. A narratividade de Rüsen propõe uma superação da dicotomia entre objetivismo e subjetivismo. Nesse sentido, o autor inaugura a aproximação de um novo conceito para o saber histórico que se denomina intersubjetividade. Isto é, Objetivismo e subjetivismo seriam lados da mesma moeda. Com isso, nota-se que com o ressurgimento da discussão sobre narrativa, a partir da década de 60 no Brasil, há uma preocupação com o narrar. A hipótese sugere que mesmo Rüsen escrevendo a favor da narrativa história, o seu trabalho sobre a intersubjetividade aproxima História e Literatura em aspectos objetivos e subjetivos que se articulam mutuamente, o que contribui para a produção do saber histórico.

PALAVRAS-CHAVE: História, Narrativa, Intersubjetividade.

ABSTRACT: The purpose of this article is to bring the light of the discussion, the ideas of the German historian Jörn Rüsen regarding the narratives in their specificity. The author deals with the paradigm narrativist on the tension that exists between history and literature. The narrative of Rüsen proposes overcoming the dichotomy between objectivism and subjectivism. In this sense, the author opens the approach of a new concept for the historical knowledge that is called intersubjectivity. That is, Objectivism and subjectivism would be sides of the same coin. With this, we note that with the resurgence of the discussion on narrative, from 60 in Brazil, there is a concern about the recount. The hypothesis suggests that even Rüsen writing in favor of narrative history, its work on intersubjectivity approaches History and Literature on objective and subjective aspects that are linked each other, which contributes to the production of historical knowledge.

KEYWORDS: History, Narrative, Intersubjectivity.

O paradigma narrativista nos conduz a pensar o papel da narrativa na construção do conhecimento histórico. Para o historiador Jörn Rüsen, há dois tipos principais de narrativa, a histórica e a literária. O autor defende a narrativa histórica e expõe seus argumentos para justificar a sua posição. A narrativa histórica é a mais segura para Rüsen – o controle metódico

¹ Este trabalho está centrado na perspectiva teórica do historiador alemão Jörn Rüsen. Principalmente em sua trilogia intitulada: Teoria da História.

determina seu grau de confiabilidade - mas a narrativa literária também possui seu papel nessa trama.

Rüsen concebe a narrativa histórica como um instrumento intelectual que fundamenta todo o pensamento histórico e todo conhecimento histórico científico. Temos, então, a função elementar da narrativa que é constituir sentido sobre a experiência do tempo. A narrativa histórica constitui a identidade do homem. Pois tempo natural e humano se articulam entre passado, presente e futuro implorando por uma unidade, a qual constitui a narrativa histórica, que por sua vez, constrói a identidade do homem mediante essa unidade temporal e pragmática da relação com a experiência e das representações de continuidade.

Para dar continuidade ao pensamento desse autor, é necessário suscitar as considerações de Arthur Assis² sobre a teoria da história de Rüsen, mais especificamente da matriz disciplinar. Resumidamente e de acordo com Rüsen, o objeto de uma teoria da história é a matriz disciplinar da ciência da história. E essa matriz é formada pelas carências de orientação, pelas perspectivas orientadoras da experiência do passado, pelos procedimentos metódicos da pesquisa empírica, pelas formas de apresentação e pelas funções de orientação existencial.

De acordo com Assis, a matriz disciplinar de Rüsen busca englobar todos os elementos fundamentais existentes na produção de histórias pelos historiadores profissionais, representando uma alternativa conciliatória para os conflitos que, na década de 80, marcavam o debate em torno da história e do conhecimento histórico. Assis afirma sobre Rüsen que:

Sua estratégia ancora-se na investigação e na explicitação dos princípios formais que são comuns aos estudos históricos em todas as suas variantes. A rede formada por tais princípios foi denominada por Rüsen de “matriz disciplinar da ciência histórica”. Com sua matriz disciplinar, Rüsen propõe um conceito que pretende permitir a assimilação das diferenças existentes entre as correntes historiográficas contemporâneas e favorecer a percepção da identidade que lhes é comum (2010, p.11).

Existem fundamentos da ciência da história na vida cotidiana concreta que constitui a história como ciência. E para se alcançar esses fundamentos é necessário demonstrar que conhecimento histórico, é um modo particular de um processo genérico e elementar do pensamento humano. Uma vez que nessa busca pelos fundamentos da ciência da história, obtemos a consciência histórica.

² Arthur Assis é professor/pesquisador em teoria da história na Universidade de Brasília. Escreveu um livro introdutório sobre a teoria da história de Jörn Rüsen que está citado na bibliografia deste trabalho.

A consciência histórica é uma forma da consciência humana que se relaciona com a vida humana prática, pois são as experiências e interpretações do tempo que constituem a mesma. Ela é um modo particular do pensamento humano e, no entanto, é o fundamento da ciência da história. Pois também é um modo pelo qual a relação entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza na vida humana.

Além disso, temos a narrativa servindo de orientação no tempo, o que se refere a perspectiva de futuro, na fundamentação do conhecimento histórico. E por fim, a narrativa como fornecedora de continuidade para a história. Pois os homens têm de interpretar as mudanças temporais em que estão inseridos, como forma de continuarem seguros de si e de não terem o receio de perder-se nelas, ao se adentrarem nelas pelo agir, na busca pela sobrevivência.

Com isso, as histórias fundamentam sua pretensão de validade de três formas distintas: a primeira expõe que os acontecimentos narrados ocorreram do modo narrado. Isto é, as histórias indicam suas fontes, mencionam testemunhas e avalistas, o narrador divulga sua própria condição de testemunha ocular. Já a segunda forma expõe que os acontecimentos narrados possuem significado para a vida prática de seus destinatários. Surge então, a pertinência normativa, pois as histórias são normativamente pertinentes quando os eventos por elas narrados estão seguros por normas vigentes.

E a terceira forma é a de que as histórias fundamentam sua pretensão de validade ao mediar a facticidade e o significado do que narram dentro da unidade de uma narrativa com sentido em si. Com isso, temos o princípio de uma história, ou seja, uma determinação orientadora de sentido que se constitui ao mesmo tempo como instância decisiva para a verdade de uma história.

Como forma de elucidar melhor os fundamentos da ciência da história, temos que atentarmos para algumas colocações de Rüsen acerca da narrativa histórica e as suas funções nos três casos seguintes:

Caso 1- Primeiramente a narrativa como constituinte da consciência histórica, a mediada em que recorre a lembranças para interpretar as experiências do tempo. Isto é, a lembrança representa para a constituição da consciência histórica, a relação principal com a experiência do tempo.

Não há outra forma de pensar a consciência histórica, pois é ela o local em que o passado é levado a falar – e o passado só vem a falar quando é questionado; e a questão que o faz falar origina-se da carência de orientação da vida prática atual diante de suas virulentas experiências no tempo (RÜSEN, 2001, p.63).

Caso 2 - a narrativa servindo de orientação no tempo, o que se refere à perspectiva de futuro na fundamentação do conhecimento histórico.

As mudanças no presente, experimentadas como carentes de interpretações, são de imediato interpretadas em articulação com os processos temporais rememorados do passado; a narrativa histórica torna presente o passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro. Com isso a expectativa do futuro vincula-se diretamente a experiência do passado: a narrativa histórica rememora o passado sempre com respeito à experiência do tempo presente e, por essa relação com o presente, articula-se diretamente com as expectativas de futuro que se formulam a partir das intenções e das diretrizes do agir humano. Essa íntima interdependência de passado, presente e futuro é concebida como uma representação da continuidade e serve à orientação da vida humana prática atual (RÜSEN, 2001, p.64).

Caso 3 - Há uma ligação do passado com o futuro, pelo presente, que é construído pela narrativa história com as representações de continuidade que englobam as três dimensões temporais e as resumem na unidade do processo temporal. E finalmente, a narrativa como fornecedora de continuidade para a história. Uma vez que os homens têm de interpretar as mudanças temporais em que estão inseridos, como forma de continuarem seguros de si e de não terem o receio de perder-se nelas, ao se adentrarem nelas pelo agir, na busca pela sobrevivência.

A resistência dos homens a perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções no tempo: a medida da plausibilidade e da consistência dessa relação, ou seja, o critério de sentido para a constituição de representações abrangentes da continuidade é a permanência de si mesmos na evolução do tempo. A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana (RÜSEN, 2001, p.66).

A teoria da história de Rüsen nos faz pensar as relações entre História e Literatura. Narrativas histórica e literária se diferem em muitos aspectos, tais como estrutura e sentido. A narrativa histórica possui um compromisso com a veracidade, enquanto a literária não tem esse mesmo compromisso e nem pretensão. Isso não quer dizer que a narrativa literária seja pior que a narrativa histórica, mas que suas ambições são distintas. Obviamente podemos aprender história através de uma narrativa literária, o fato dela não possuir um controle metódico não a exclui da história. O romance é um exemplo disso.

A base da distinção entre os dois pensadores é que Rüsen está abordando a Ciência da História, enquanto White explora um discurso narrativo por meio de uma representação literária. White concebe o trabalho histórico como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. Ao contrário de Rüsen, ele percebe as histórias como um

agrupamento combinante de “dados” e de conceitos teóricos que “explicam” esses dados e uma estrutura narrativa que os apresenta como um aglomerado de conjuntos de eventos ocorridos no passado.

Paul Ricoeur, diferentemente de Rüsen, pensa se é possível a narrativa, através de sua compreensão, adquirir valor de explicação. Isto é, ele busca um laço mais indireto entre explicação histórica e compreensão narrativa. Ricoeur afirma que uma narrativa vai além de um simples relato dos acontecimentos, pois descrever e explicar não se diferenciam, com isso, ele escreve em defesa da narrativa.

O aparecimento de teses “narrativistas” no campo da discussão nasceu da conjunção de duas correntes de pensamento. De um lado, a crítica do modelo nomológico chegou a um esfacelamento da própria noção de explicação que abriu a brecha para uma abordagem oposta do problema. De outro lado, a narrativa tornou-se o objeto de uma reavaliação relacionada essencialmente as suas fontes de inteligibilidade (RICOEUR, 1994, p.175).

Segundo Ricoeur as filosofias substantivas da história cometem o vício de esvrever no futuro frases narrativas que só podem ser escritas no passado. Uma vez que a idéia de totalidade da filosofia da história não se enquadra como a expressão do discurso narrativo apropriado ao passado. E a antecipação do futuro numa filosofia ou em uma teologia da esperança não é narrativa, ao contrário, a narração é reinterpretada a partir da esperança. A respeito disso, Ricoeur assinala que:

Não somente como o diz muito exatamente Danto, o discurso narrativo é intrinsecamente incompleto, posto que toda frase narrativa é sujeita a revisão por um historiador ulterior, mas tudo o que se diz de sensato sobre a história não é forçosamente de caráter narrativo (1994, p.207).

A narrativa foi eclipsada e alguns autores, como Laurence Stone apontam para seu ressurgimento a partir da década de 60. Apesar de haver críticas a esse chamado “ressurgimento”. Muitos tematizaram a narrativa, mas até hoje não existe um consenso definitivo entre os historiadores acerca da questão narrativa e ao debate que isso remonta - a ciência da história. História é fundamentalmente uma ciência para Rüsen. Mas muitos pesquisadores discordam dessa afirmação, como é o caso do polêmico Hayden White.

Afinal, História é ciência ou literatura? Para Rüsen, a história como ciência é um meio de garantir a validade que às histórias, em geral, pretendem possuir. Pois a fundamentação das histórias narradas é feita por meio de especificidades científicas que garantem uma validade

metódica. Embora Hayden White não pense da mesma forma, pois para ele História estaria muito mais próxima de uma narrativa literária do que histórica.

Rüsen assinala que o pensamento histórico é considerado científico, quando ele procede metodicamente à medida que as fundamentações de suas pretensões de validade se tornam integrantes da própria história. O pensamento histórico é científico quando submetido à regra de tornar o conteúdo empírico das histórias controlável, ampliável e garantível pela experiência do tempo. Conclui-se, portanto, que todos esses elementos citados fundamentam a história como ciência.

Ciência é método! Para discorrer sobre essa afirmação busquei conceito de método em Hans-Georg Gadamer. O mesmo discute a metodologia das ciências do espírito e da natureza na busca da verdade com base em princípios hermenêuticos. Ele mostra que o fenômeno da compreensão e do meio correto de se interpretar o que se entendeu não é somente um problema da doutrina dos métodos aplicados nas ciências do espírito. Entender e interpretar os textos não são somente um esforço da ciência, pois isso pertence ao todo da experiência do homem no mundo. Com isso, a hermenêutica não é um problema de método. Gadamer, afirma ainda que:

[...] o que se denomina método na ciência moderna é algo único e o mesmo por toda parte e só especialmente nas ciências da natureza cunha-se como modelar. Não existe nenhum método específico para as ciências do espírito (1997, p.45).

Todavia, Rüsen afirma que o conceito de “método histórico” é equivoco, pois ele indica de um lado as regras de procedimento observadas pelo pensamento histórico, quando procede cientificamente. Mas, de outro lado refere-se estritamente a “pesquisa histórica” e engloba suas regras básicas. Por isso, ele propõe uma unidade metodológica, prefere pensar em uma metodologia para a pesquisa histórica e não em “o método histórico”.

Nesse sentido, chegamos à discussão sobre a objetividade da história. Pois Rüsen considera que a objetividade é uma parcela da própria subjetividade. Com isso, ele procurou inaugurar a aproximação de um novo conceito de objetividade histórica: A intersubjetividade.

Objetividade é uma relação da representação histórica com experiência do passado. Ele transcende todo um grau de complexidade da cognição histórica e determina duas formas de significação para o termo objetividade. Em primeiro lugar, objetividade significa uma constituição do pensamento histórico para com a experiência do passado. Já em um segundo plano, objetividade significa uma parcela da própria

subjetividade. A categoria intersubjetiva de uma interpretação histórica. Em outras palavras, a objetividade como intersubjetividade. Sobre isso, Rüsen afirma que:

Ao realizar a perspectiva histórica na qual a evidência do passado é referida a problemas de orientação no presente, com tudo, a interpretação põe a subjetividade, como operação constitutiva da cognição na formação da narrativa. Ambas, porém, objetividade e subjetividade, são lados da mesma moeda (RÜSEN, 1996, p.87).

Rüsen considera a objetividade como uma potencialidade racional da ciência da história. Objetividade significa que as histórias pretendem ter uma validade que propicia a aceitação do conhecimento histórico, pois com o mesmo pode ser testado, frequentemente, quanto a sua pretensão de veracidade. Ou seja, há uma ligação da narrativa histórica com a objetividade, pois a última age sobre o conhecimento histórico, que por sua vez, é construído, dentre outros elementos, pela narrativa. Por isso, a narratividade de Rüsen afirma a objetividade da história.

Portanto, nota-se que o conceito de intersubjetividade é uma forma de objetivismo histórico. Rüsen escreveu a favor da narrativa história, mas ele não exclui a literária. As relações entre História e Literatura aparecem na obra desse historiador como a representação das perspectivas objetivista e subjetivistas do conhecimento histórico. Uma vez que o autor procura superar essa dicotomia através da intersubjetividade. Nesse percurso, a ciência da história beberia também nas fontes literárias, mas teria um compromisso com a narrativa história.

Em síntese, este trabalho pretendeu expor a teoria da história de Rüsen e apontar para a contribuição mútua entre história e literatura. Para essa análise, foi pensada uma unidade temporal entre as dimensões passado, presente e futuro. Uma vez que a narratividade também está associada à questão do tempo na produção do saber histórico. Nesse sentido, a história serve a literatura, bem como a literatura serve a história.

Referências

ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsen. Editora UFG. 2010.75p.

DANTO, Arthur. Narrativity and knowdledge. New York. Columbia University Press. 1985.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e metodo: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3.ed. -. Petropolis: Vozes, 1999. 731 p.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas: Papirus, 1994-. 3v.

RICOEUR, Paul. O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978. 419 p.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história, fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 194 p.

_____. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007. 160 p.

_____. Reconstrução do passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UnB, 2007. 187 p.

_____. Historiografia comparativa intercultural. In: A história escrita. p. 115-137.

_____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p.07- 16. jul-dez. 2006.

_____. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. História: Questões & Debates, Curitiba, v. 14, n. 26/7, p. 80-101, jan./dez. 1997.

_____. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. Textos de História. v. 4, n. 1. p. 75-102. 1996.

WHITE, Hayden V. Meta - história: a imaginação histórica do século XIX. 2 ed. -. São Paulo: EDUSP, 1995. 456 p. (Ponta; v.4).

_____. The Content of the form: narrative discourse and historical representation. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

_____. Tópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994. 310 p.